

**DESCORTINANDO  
AS RELAÇÕES SOCIODISCURSIVAS  
DO GÊNERO CARTA:  
UM PAINEL DE CINCO SÉCULOS**

*Luciana Paiva de Vilhena Leite* (UNIRIO)

[vilhena\\_lu@yahoo.com.br](mailto:vilhena_lu@yahoo.com.br)

**1. *Palavras iniciais***

Este estudo pretende demonstrar o estabelecimento da relação do homem com a sociedade de que faz parte através do discurso que produz. Para isso, optou-se por estudar cartas produzidas no Brasil e em Portugal em uma amostra temporal que transita do século XVI ao século XX de modo a contribuir para a tentativa de desvendar uma sociedade brasileira em constituição e edificação, uma vez que o gênero epistolar foi a forma de escritura mais produzida no Brasil desde a carta de Pero Vaz de Caminha (Cf. MATTOS E SILVA, 1996). Nesse sentido, a enunciação das cartas é vista como uma resultante na qual o discurso nada mais é do que um lugar de marcas para o qual tudo o que é *dizível* é inscrito em marcas formais e expresso pela língua.

Sendo assim, este artigo pretende investigar a relação enunciativo-discursiva estabelecida entre enunciador (locutor) e enunciatário (interlocutor) no discurso de cartas mediante a construção de estratégias diversas de aproximação e de distanciamento operadas entre os mencionados *sujeitos* no âmbito do discurso, partindo da hipótese de que essas estratégias seriam *construídas* pelo locutor com o fito de aproximar-se de seu alocutário imediato (o destinatário das cartas) ou de distanciar-se deste de acordo com fatores enunciativo-discursivos, linguísticos e sociais, este último levando em conta que os copartícipes envolvidos no ato linguageiro são, além de sujeitos discursivos, sujeitos sociais (Cf. CHARAUDEAU, 1983).

Levando-se em consideração que nem sempre há o mesmo *contrato enunciativo* entre enunciado e enunciação (que delimitaria, por exemplo, se o enunciado X devesse ser lido como X ou como não-X), muitas vezes, o enunciatário atribuirá aos discursos o estatuto de ‘verdade’ a depender do referido contrato. Trata-se, então, de um jogo que se estabelece entre o ser (dizer) e o parecer (dito). Se houver acordo entre enunciado e enunciação, o enunciatário atribuirá estatuto de verdade ao discurso. Caso não haja esse acordo, o enunciatário estabelecerá o estatuto da falsidade ou do segredo, por exemplo.

O que importa a este estudo é, pois, que o sujeito passe a ocupar uma posição privilegiada e o ato enunciativo transforme-se no lugar de constituição da subjetividade, observando-se que a referenciação linguística só se concretiza no ato enunciativo e

a significação tem no sujeito sua principal fonte geradora de sentido.

Desse modo, o que se pretende é tentar descortinar os papéis do sujeito no gênero carta, já que esse é o gênero em que os enunciadores colocam-se presentes e, de certa maneira, identificáveis no âmbito social, facilitando, nesse sentido, o recorte diacrônico.

## **2. Pressupostos teórico-metodológicos**

Compreender um enunciado é mobilizar saberes muito diversos, fazer hipóteses, raciocinar, construindo um contexto que não é um dado preestabelecido e estável. Com efeito, segundo Maingueneau (2001, p. 20),

todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador. (MAINGUENEAU, 2001, p. 20)

Sendo assim, a significação discursiva depende de inúmeros fatores e trabalhar nesse âmbito em termos acadêmicos requer intuição e parcimônia.

Nesse sentido, o estudo das estratégias construídas no âmbito do discurso epistolar através de *marcas* enunciativo-discursivas que se projetam da enunciação e se inscrevem no enunciado é revelador de *intenções discursivas* por parte do sujeito-enunciador.

Ainda de acordo com o enfoque de Maingueneau (1996), o discurso é visto como revelador de uma situação de enunciação linguística, já que o acontecimento enunciativo é concebido a partir dos vestígios observáveis que ele deixa no enunciado.

Nesse sentido, a *enunciação* é vista como a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização. Em uma visão mais ampla, pode-se conceber a enunciação como tudo aquilo que funciona como *pivô* da relação entre a língua e o mundo. O enunciado, por sua vez, pode ser visto como o produto desse ato de produção como uma sequência verbal de extensão variável (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004). Assume-se, então, para este estudo, a concepção de enunciação segundo a perspectiva linguístico-discursiva, já que ela se liga tanto a contextos na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas quanto a contextos em que se deprende um conjunto de operações constitutivas de um enunciado. Desse modo, para nossa proposta, o enunciado – ainda que esse termo possua emprego bastante polissêmico – vem a ser, justamente, o produto do ato de produção como uma sequência verbal de extensão variável (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 195).

A opção pelo enfoque diacrônico de cinco séculos pretende revelar algumas características discursivas empregadas em textos de cartas de circulação cotidiana e oficial que, possivelmente, *descortinem* os perfis sócio-históricos de seus locutores. Assim, de certa forma, contribui-se para a tentativa de des-

vendar uma sociedade brasileira em constituição e edificação através desses discursos, uma vez que

a diferente situação de escrever uma missiva [carta] para ser lida por alguém do círculo privado, por leitores desconhecidos de um jornal que a veiculasse, ou ainda por alguma autoridade em instância oficial, qualquer uma dessas situações promovia diferenças lexicais e estruturais em um mesmo redator (BARBOSA, 2005, p. 27)

Para que as estratégias do discurso de cartas em perspectiva diacrônica pudessem ser estudadas, lançamos mão, ainda, do que nos apresenta Charaudeau (1983), quando revela que o significado de qualquer discurso é uma resultante de dois componentes: o linguístico, que opera com material verbal (a língua) e o situacional, que opera com material psicossocial, testemunha dos comportamentos humanos, que colabora na definição dos seres ao mesmo tempo como atores sociais e como sujeitos comunicantes. Trata-se, assim, de uma resultante na qual o discurso nada mais é do que um lugar de marcas para o qual tudo o que é *dizível* é expresso pela língua e, portanto, inscrito em marcas formais.

De acordo com os preceitos da Análise do Discurso, costuma-se adotar o termo estratégia para referir-se às possíveis *escolhas* que os sujeitos podem fazer da encenação do ato de linguagem (Cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Observa-se, então, que o termo *estratégia* poderia ser aplicado a toda e qualquer *orientação* que encaminhasse o discurso para determinado fim. Desse modo, para esta pesquisa, adota-se a perspectiva de que as estratégias usadas pelo locutor

podem ser: a) marcadas linguisticamente, isto é, apresentam-se inscritas no enunciado através de itens linguísticos diversos e b) não marcadas linguisticamente, isto é, dedutíveis do discurso a partir de *pistas* obtidas da enunciação. Consideramos, pois, estratégias as *marcas enunciativas*, uma vez que é justamente a enunciação o ato responsável por edificar marcas no enunciado.

Sendo assim, para que pudessem ser estudadas tais estratégias, aliaram-se, para a presente investigação, perspectivas teórico-metodológicas distintas, a saber: 1) a Semântica Linguística (ou Semântica da Enunciação) (Cf. DUCROT, 1977; ANSCOMBRE & DUCROT, 1993), que visa a uma macrossintaxe aliada a uma microssintaxe do discurso, revelando-se uma análise discursiva consistente; 2) a Análise Semiolingüística do Discurso (Cf. CHARAUDEAU, 1983), que define todo ato de linguagem como um ato de transação social entre parceiros, estando seu sucesso condicionado à existência de determinadas regras implícitas que o norteiam; 3) a Teoria da Enunciação (Cf. BENVENISTE, 1989; BAKHTIN, 2006), que define que o processo de funcionamento da língua se dá por um ato individual de utilização, estabelecendo, também, que todo texto é sustentado por uma voz: a de um sujeito situado para além do texto e 4) a perspectiva variacionista laboviana (Cf. LABOV, 1972 e 1994), que visa a fornecer subsídios metodológicos para que as estratégias linguísticas e discursivas possam ser mensuradas e avaliadas, contribuindo para uma investigação mais sistemática e fidedigna dos dados.

Leva-se em consideração, ainda, neste estudo, quatro importantes elementos: o eu-comunicante, o eu-enunciador, o tu-interpretante e o tu-destinatário (Cf. CHARAUDEAU, 1983), já que, mesmo em situações *monolocutivas* (como é o caso das cartas), as quatro instâncias mostram-se presentes na enunciação em função de uma *situação comunicativa* e de um *contrato de fala*. Essas quatro instâncias são *norteadoras* da presente investigação no sentido de relacionar o social e o discursivo, isto é, de permitir que se observem as estratégias construídas por um sujeito discursivo (enunciador) que é, ao mesmo tempo, um sujeito social (empírico, *comunicante*) e que, como tal, pode vir a interferir nas *marcas* deixadas nos enunciados que constrói.

Assim sendo, pensar no *sentido* gerado por um texto é pensar nos diversos aspectos desde a sua produção até a sua recepção. Todavia, aquela maneira de ver o sentido – como mensagem codificada – deve ser substituída pela noção de *efeito de sentido*, o que só funciona em uma concepção de linguagem que considere, de alguma forma, a enunciação. Além disso, deixar tudo para o contexto ou para o leitor são formas alternativas de excluir qualquer fator histórico ou social. Em contrapartida, deixar tudo para a história pode ser uma forma de fazer de conta que a língua não tem ela mesma uma história.

Como se vê, quando se pretende uma investigação que perpassa a completude discursiva, deve-se levar em conta o que cada abordagem teórico-prática oferece de adequado à proposta que se tenciona fazer. Em suma, o que se pretende é que, de alguma maneira, o trabalho investigativo desvele o “acontecimen-

to enunciativo através dos vestígios observáveis que ele deixa no enunciado” (MAINGUENEAU, 1996).

O *corpus* selecionado conta, então, com 25 cartas por *mãos* de brasileiros e portugueses, as quais são divididas conforme sejam (a) *oficiais* (Cartas da Administração Pública) e (b) *não oficiais* (Cartas da Administração Privada, Cartas de Comércio e cartas particulares).

Para a análise nos moldes quantitativos, para a qual foi utilizada parte do programa computacional VARBRUL, selecionaram-se variáveis agrupadas conforme fossem linguísticas, textuais ou enunciativo-discursivas. A variável considerada *dependente* foi a relação entre os interlocutores [+ simétrica ou – simétrica], fator que levou em conta não aspectos linguísticos, mas enunciativo-discursivos.

### **3. Análise dos resultados**

Dos nove fatores selecionados para investigação levando em conta a situação de assimetria discursiva, seis mostraram-se relevantes, a saber: (1) tipo de carta; (2) época histórica; (3) envolvimento do locutor através da construção do sujeito gramatical; (4) marcadores discursivos e marcas enunciativas de subjetividade; (5) subunidades do texto da carta e (6) uso dos tempos/modos verbais. Expõem-se, a seguir, os resultados desses fatores através de excertos retirados das cartas:

(01) mas como mando outra para ver se você concorda com as modificações feitas.

(*Carta de Vinícius de Moraes a Chico Buarque* – 24 de janeiro de 1971 – *carta não oficial*)

(02) Que tenham asentado dar a execução a ordem de Vossa Alteza, para que as residências dos ouvidores tirem por dezembargadores da Bahia.

(*Carta do Conselho Ultramarino ao Rei* – 11 de outubro de 1675 – *carta oficial*)

Os resultados dessa variável, conforme se observa, parecem revelar que mais favorecedor à assimetria discursiva do que o *tipo de carta* é a *relação social* anterior estabelecida pelos sujeitos empíricos na troca comunicativa.

Na verdade, tanto as cartas oficiais quanto as não oficiais parecem oferecer contextos favorecedores à ocorrência de assimetria discursiva (A. d.), o que comprova que a própria situação de escrever uma carta já é, em essência, assimétrica.

A época em que as cartas foram escritas é também fator essencial para que sejam percebidas relações mais ou menos simétricas entre os enunciadores do discurso. Os resultados da demonstram que no século XVI as relações de assimetria discursiva apresentam-se mais *visíveis* e que, conforme avança a época, essas *assimetrias* vão sendo menos percebidas ou são *camufladas* por outras estratégias, como o uso de modalizadores, como será visto mais adiante. Nota-se que o século XX é a época em que o discurso da carta apresenta-se mais *simétrico*, mesmo nas cartas consideradas *oficiais*, o que demonstra que pode haver algum *mascamamento* das relações assimétricas das instâncias sociais a que pertencem esses sujeitos. Nota-se que o século XX é a época em que o discurso da carta apresenta-se

mais *simétrico*, mesmo nas cartas consideradas *oficiais*, o que demonstra que possa haver algum *mascaramento* das relações assimétricas das instâncias sociais a que pertencem esses sujeitos. A seguir, são arrolados dois trechos: o primeiro refere-se a uma carta de Monteiro Lobato ao Presidente Getúlio Vargas que, apesar de oficial, apresenta algumas marcas de aproximação, como o uso de *você*; a segunda é escrita ao Rei de Portugal por Tomé de Souza da qual se depreende nítido distanciamento discursivo.

(03) Talvez se perdesse no desastre do dia 20 e *você* não tome ciência de tão grave acontecimento.

(Carta de Monteiro Lobato ao Presidente Getúlio Vargas – 20 de janeiro de 1935 – carta oficial)

(04) Quererá Nosso Senhor que, pois *Vossa Majestade* parte também com elle do que tem que trarão estes homens nova de allgum grande tisouro (...)

(Carta de Tomé de Souza a El-Rei D. João III – 1º de junho de 1553 – carta oficial)

Outro fator relevante é a relação entre o tipo de construção em que se insere o sujeito gramatical e o nível de distanciamento/envolvimento entre os interlocutores da carta. Sendo assim, as estratégias eleitas como reveladoras de maior assimetria discursiva pelos enunciadores são as construções passivas, seguidas de indeterminação pronominal e não pronominal do sujeito. As construções com sujeito de primeira pessoa revelam-se, pois, características de um maior nível de simetria do discurso. Vejam-se alguns excertos para ilustrar o que se expôs:

(05) He a não quando vier *far se a o que Vossa Alteza* (...)

(*Carta de Tomé de Souza a El-Rei D. João III* – 1<sup>o</sup> de junho de 1553 – carta oficial)

(06) (...) dis e mandou que *fosse cumprido o despacho do Senhor Governador* (...)

(*Carta de Antonio de Andrade ao Governador Geral Men de Sá* – 18 de agosto de 1568 – carta oficial)

(07) (...) hontem o ameaçarão de novo de nova revogação da parte do dito Dezebargador (...)

(*Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Ministro do Rei* – 31 de janeiro de 1801 – carta oficial)

O uso de modalizadores é a estratégia eleita como predominante quando locutor e alocutário estão em situação de assimetria, revelando que o discurso da carta é um *cenário* para a subjetividade e que o locutor *modela* seu discurso conforme queira aproximar-se ou distanciar-se de seu alocutário segundo seus interesses. Observa-se, ainda, que a presença de dêiticos no discurso e de termos avaliativos demonstra que o enunciador opta por tais estratégias quando está em situação mais simétrica com seu alocutário.

Os três fragmentos a seguir ilustram o que se comentou. Em (08), constata-se dois modalizadores em carta não oficial, em que se pressupõe maior nível de simetria; já em (09), apresenta-se um modalizador seguido de dois termos avaliativos em carta oficial, em que se supõe tratar de maior nível de assimetria. O fragmento (10) traz dois casos de termos avaliativos em carta oficial dirigida ao então Presidente da República, Getúlio Vargas.

(08) (...) e *he certo* que eu sei e tenho previsto esses riscos, que só eu os conheço bem e, por isso, *seria muito bom* que nisso não tivesse nada que obrar (...)

(*Carta de Jezuíno do Monte Carmelo ao Cônego João Ferreira* – 24 de abril de 1803 – carta não oficial)

(09) Impedir injustiças *he dever* de hum Ministro de Su Alteza Real, como Vossa Excelência he, e valer aos *desgraçados* hu'a consolação para o seo *generozo* coração.

(*Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Ministro do Rei* – 31 de janeiro de 1801 – carta oficial)

(10) E isso com a cooperação efetiva do Sr Victor Oppenheim e Mark Malamphy, elementos seus que essa companhia insinuou ou no Serviço Geológico (...) sob o olho *palerma* e *inocentíssimo* do Dr Fleuri da Rocha.

(*Carta de Monteiro Lobato ao Presidente Getúlio Vargas* – 20 de janeiro de 1935 – carta oficial)

O que se percebe, então, é que o locutor *entrelaça* as estratégias que elege, visando a atuar – intencionalmente – sobre o interlocutor, conforme seu interesse enunciativo, o que é reflexo da instância social (empírica) que esse locutor representa.

Em termos da macroestrutura da carta, a introdução representa o momento do discurso em que o locutor opta por deixar maiores marcas de assimetria, seguido da conclusão. O desenvolvimento (núcleo da carta) representa, então, o momento discursivo em que as estratégias de *assimetria* ficariam *camufladas* por outras que o locutor pudesse vir a usar caso optasse pela aproximação com seu alocutário. Os excertos seguintes demonstram as observações feitas: o fragmento (11) faz parte da introdução de uma carta oficial e o (12) refere-se à conclusão de outra, considerada oficial.

(11) *Reverendíssimo Senhor Doutor Cônego* João Ferreira de Oliveira // pela denúncia incluza, não pense Vossa Senhoria que em mim he huã total materialidade (...) – *Introdução (seção de contato)*

*(Carta de Jezuino do Monte Carmelo ao Cônego João Ferreira – 24 de abril de 1803 – carta não oficial)*

(12) Deus guarde a precioza vida de Vossa Excelência como Portugal, e sobre tudo as suas nascentes esperanças metallicas hão mister // *De Vossa Excelência Venerador Criado e amigo sincero eobsequiozissimo // Jozê Bonifácio de Andrada e Silva. – (seção de despedida)*

*(Carta de José Bonifácio de Andrada e Silva ao Ministro do Rei – 31 de janeiro de 1801 – carta oficial)*

O uso dos tempos e modos verbais é um válido recurso usado pelo locutor como estratégia, que deixa evidente ao alocutário a posição que o sujeito-escrevente ocupa no discurso.

Em relação a essa variável vale salientar que houve a opção por uma subdivisão mais generalizada cujo objetivo fosse a verificação de referências marcadas temporalmente (presente, passado e futuro) além da observação de aspectos do modo (indicativo, subjuntivo).

Constata-se, então, que a opção pelas formas de passado do indicativo, na amostra analisada, revela-se estratégias de maior assimetria entre locutor e alocutário, seguidas dos tempos compostos e das modalidades de imperativo e dos tempos presente e futuro do indicativo. As formas de subjuntivo são requeridas, então, quando locutor e alocutário apresentam-se mais próximos discursivamente, já que esse modo denota, justamente, aspectos voltados para as conjecturas e suposições.

Com relação às formas verbais, percebe-se, em (13), uma preferência por tempos de pretérito em suas formas de pretérito imperfeito e perfeito. Já em (14) notam-se duas formas de imperativo – *acuda* e *mande* – usadas pelo enunciador (que se dirige

ao Rei de Portugal) com a finalidade, ao que parece, de demonstrar certa *aflição* em resolver a pendência de que trata a carta. Nesse sentido, parece haver o uso do imperativo, realmente, como um *modalizador* discursivo, configurando ao discurso um *tom* de pedido e não, efetivamente, de ordem, já que a instância social a que pertence o sujeito representado empiricamente por Tomé de Sousa apresenta-se em situação de considerável *assimetria* em relação à instância a que pertence o sujeito empírico representado pelo Rei D. João III.

Os fragmentos arrolados a seguir demonstram, pois, os resultados da última variável enfocada na presente análise.

(13) (...) ao diante nomeado ao conuento dos Reuerendos PP de N. Senhora do Carmo, e sendo em minha prezesa e das testemunhas q'ao todo *forão* presentes, *apareseo* Pedro Luis Fr<sup>a</sup>, morador nesta Cidade pello qual *foi dito*, q' entre outros beins que *pesuhia* elle, e a senhora sua molher Barbora de Brito era huas terras em Soruhy

(Carta de Antonio de Andrade ao Convento dos Reverendos P.P de N.S do Carmo – 4 de junho de 1616 – carta oficial)

(14) Vossa Alteza *acuda* llogo a isto com o seu parecer, e *mande* a mestre Simão que também lho escreva lloguo, por que senpre tenho ho meu por pior (...)

(Carta de Tomé de Sousa a El-Rei D. João III – 1º de junho de 1553 – carta oficial)

O futuro do indicativo apresenta menor relevância quando o locutor está em situação assimétrica em relação ao seu interlocutor. Nas cartas estudadas, as formas de futuro do indicativo apresentam menor frequência, demonstrando ser mais influentes como estratégias de aproximação (e não de distanciamento) entre locutor e alocutário.

As perífrases verbais, ainda que com muitos dados nos *corpora*, parecem ser pouco influentes enquanto estratégias usadas pelo locutor em situação de distanciamento discursivo. Em contrapartida, observa-se que tal fator pode mostrar-se bastante influente em construções em que locutor e alocutário se apresentam em nível de simetria semelhante.

As formas subjuntivas de *futuro* e *presente* apresentam-se pouco favoráveis a contextos de assimetria, revelando, ao revés, grande probabilidade como estratégias de aproximação entre os copartícipes do ato enunciativo por anunciarem construções aspectuais mais próximas das *suposições* do que das *certezas*.

Por último, aparecem as formas subjuntivas de *passado*, novamente revelando que as construções que demonstram conteúdos de maior *suposição* são favoráveis a contextos de simetria discursiva.

Alguns exemplos são arrolados a seguir:

(15) Com trabalho não piqueno pelo Emtrior da terra há paus bastantes e se *poderão* descobrir em mais os milhores matieros daquele lugar.

(*Carta de Ubaldo Teixeira da Câmera ao Reverendo Joaquim Francisco Malta – 17 de novembro de 1790 – carta não oficial*)

(16) (...) e por este modo *vou procurar* as suas ordens e a dizer lhe que cheguei aeste Rio com boa viagem e de saúde, e que meacho nesta Cidade na caza de Senhor Joaquim Jose Gomes (...)

(*Carta de Domindos Muniz Ribeiro Guimarães a Antonio Esteves da Costa – 10 de novembro de 1793 – carta não oficial*)

(17) (...) e toda adespeza que Vossa Mercê *fizer*, prontamente satisfarei aquém me detreminar, ainda que se *dê* algumas luvaz e por-todo otrabalho que Vossa Mercê com isto *tiver* lhe ficarei hua e-muitas vezes agradecido.

(*Carta de Matias Alves da Silva a Antonio Esteves da Costa* – 25 de agosto de 1798 – carta não oficial)

(18) (...) e he certo que eu sei etenho previsto esses riscos, que só eu os conheço bem, por isso seria muito bom que ele nisso não *tivesse* nada que obrar (...)

(*Carta de Jezuino do Monte Carmelo ao Cônego João Ferreira* – 24 de abril de 1803 – carta não oficial)

#### **4. Considerações finais**

Este artigo demonstrou como marcas depreendidas da enunciação podem ser caracterizadoras de práticas sociais anteriores ao discurso. Nesse sentido, procurou-se equilibrar o linguístico e o extralinguístico a fim de que o discurso saísse do universo do *feito* e do *dito* e passasse ao âmbito do *dizer*, do *dizendo*, do *construindo*. Sendo assim, através do estudo realizado, conseguiu-se *recuperar* a relação entre os sujeitos envolvidos no ato enunciativo da escritura das cartas em um período de cinco séculos de português no Brasil, evidenciando esses sujeitos ao mesmo tempo empíricos (sociais) e discursivos (enunciadores) em constante relação dialógica.

Os resultados apresentados e descritos demonstraram que as estratégias usadas pelo locutor consideradas relevantes para a situação de assimetria discursiva – valor selecionado para *aplicabilidade* – apontaram que os tipos de carta – oficial/não oficial – parecem orientar a enunciação do locutor no sentido da seleção das *marcas enunciativas*, conforme queira uma aproximação/distanciamento com seu alocutário. Além disso, a época histórica, fator considerado preponderante ao presente estudo,

demonstrou que, conforme avança o momento brasileiro, as relações de assimetria discursiva tendem a diminuir ou, ao menos, tendem a ficar *mascaradas* por *estratégias de esquiva* usadas pelo locutor como tentativa, nesses casos, de *aproximação* com seu enunciatário, mesmo em relações socialmente assimétricas. Atestou-se, ainda, que o discurso epistolar traz estratégias orientadas na construção de relações de *poder* que *emanavam* de práticas sociais em um Brasil de cinco séculos, que passou de uma sociedade escravagista a uma sociedade com ideais mais libertários. Tais relações de poder também tenderiam a apresentar-se menos *dísparas* conforme avançasse o tempo.

Observou-se, ainda, que o grau de *envolvimento* do locutor na construção gramatical do sujeito mostrou-se, também, importante fator a ser observado nas relações de simetria/ assimetria no discurso, constatando-se, inclusive, que essa variável influencia diretamente o teor de subjetividade do discurso epistolar na medida em que se percebe a instauração do *eu* nos discursos a partir da observação de como o locutor *se coloca* enunciativamente.

Nesse sentido, numa perspectiva que transcende os limites da frase e do próprio texto como produto, observou-se que a gama de estratégias de um locutor é infundável, refletindo, muitas vezes, as mudanças estruturais e formais por que a própria língua passa. Seria, realmente, impossível esgotar as possibilidades analíticas concernentes às estratégias discursivas durante esses 500 anos no Brasil nem foi esse o objetivo deste estudo. Pretendeu-se, ainda que modestamente, proceder a um modo de

*descortinar* o discurso escrito que se produziu no Brasil em 5 séculos segundo critérios bastante específicos. De fato, ao considerar tais critérios, deixamos de considerar uma série de outros que, porventura, pudessem mostrar-se significativos para a nossa atual investigação.

Todavia, acredita-se que, de alguma maneira, tenhamos conseguido uma proposta que desse conta de traçar não só o perfil enunciativo-discursivo, mas também o sócio-histórico da sociedade brasileira em uma fatia de cada um dos cinco séculos abordados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardaga, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves. *Tratamento dos corpora de sincronias passadas da língua portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos*. In: LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas: FAPERJ, 2005, p. 25-43.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours – Eléments de sémio-linguistique* (théorie et pratique). Paris: Hachette-Université, 1983.

\_\_\_\_\_; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Princípios de semântica linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Vol. 1. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguistics patterns*. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 1972.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS E SILVA, R. V. A variação haver/ter. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A carta de Caminha: testemunho linguístico de 1500*. Salvador: Edufba, 1996.